



WANDERLEY PESSOA/MEC

Estado reduziu para 8,9% a taxa de analfabetismo

Acre registra queda na taxa de analfabetismo

O Brasil alcançou a menor taxa de analfabetismo da série histórica, de acordo com os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Em 2025, o índice caiu para 4,9% entre a população de 15 anos ou mais, faixa etária incluída nas políticas de educação de jovens e adultos (EJA) nos estados da federação. Os dados da Pnad-C também apontam que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais no Acre saiu de 9,4% em 2024, para 8,9% em 2025. A superação do analfabetismo tem sido trabalhada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de uma série de ações vinculadas ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA (Pacto EJA), um conjunto de ações colaborativas, implementadas com a participação dos entes federativos, como o Cadastro da Educação de Jovens e Adultos (CadEJA).

Morre Zélia Amador de Deus, no Pará

A professora emérita Zélia Amador de Deus, de 74 anos, da Universidade Federal do Pará (UFPA), morreu, em Belém (PA). A pesquisadora em ciências sociais e ativista foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará e atuou na defesa dos direitos das comunidades quilombolas. No último dia 18 de agosto, ela foi homenageada na universidade com o plantio de um baobá. Segundo divulgou a universidade na ocasião, a professora foi fundamental para a construção de uma instituição mais plural.

HELOÍSA TORRES/UFPA



Professora emérita da Universidade do Pará tinha 74 anos

Incêndio destrói casa no interior do Amazonas

Uma casa foi destruída por um incêndio nesta semana, na Rua Barroso Alexandre, no bairro São José, em Manacapuru, no interior do Amazonas. Não houve registro de vítimas. Imagens compartilhadas nas redes sociais mostram as chamas tomando conta da residência. Pessoas que estavam no local tentaram controlar o fogo e impedir que ele atingisse a fiação elétrica e outros imóveis. O Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM) foi acionado e enviou uma equipe para combater as chamas.

Garimpo ilegal de cassiterita

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública para responsabilizar dez pessoas pela extração ilegal de cassiterita e ouro na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A extração de minérios ocorreu na região do Pupunha, na bacia do Rio Mucajaí (RR), entre março de 2021 e dezembro de 2022. A ação atribui à causa o valor de R\$ 1,7 bilhão e pede a recuperação das áreas degradadas.

Edital

A Universidade Federal do Amazonas lançou o Edital nº 62/2026 para apoiar periódicos científicos vinculados à pós-graduação. As propostas podem ser enviadas de 1º a 30 de outubro. Serão R\$ 51 mil, com 7 auxílios de R\$ 3 mil para periódicos consolidados e 15 de R\$ 2 mil para os em consolidação. O resultado final está previsto para 19 de novembro.

Medalhas

O Acre conquistou oito medalhas no 3º Aberto do Brasil de Xadrez, realizado de 4 a 7 de setembro, em Cacoal, Rondônia. Foram seis ouros e duas pratas nas modalidades clássico e blitz. A delegação reuniu oito atletas do Colégio Militar Estadual Tira-dentes e da Escola Anglo Acre. Yvan Lukas e Lukas Kentaro venceram nas categorias sub-16.

Concurso

As inscrições para o concurso público da Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO) foram prorrogadas até dia 17 de setembro. São ofertadas 5.124 vagas imediatas, além da formação de cadastro de reserva, com salários que variam entre R\$ 1,7 mil a R\$ 17,7 mil. Segundo o governo, mais de 60 mil inscrições foram realizadas no certame.

Reconhecimento

Sete iniciativas distintas com participação do Tribunal de Justiça de Roraima receberam reconhecimento nacional na 3ª edição do Prêmio de Inovação do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os resultados incluem primeiro e terceiro lugares, uma distinção especial de Impacto Social e certificações concedidas a projetos.

Greve

Os bancários entraram em greve no Amapá, por tempo indeterminado, após rejeitarem a proposta apresentada pelos bancos durante negociações que vinham ocorrendo desde junho. A categoria considerou a oferta insatisfatória e aprovou a paralisação em assembleia. A greve já afeta o funcionamento de diversas agências.

Exigências

A Associação Tocantinense de Municípios informou que o prazo para os municípios cumprirem as exigências do VAAR 2027 foi ampliado até 15 de setembro. O registro deve ser feito no S IMEC, no módulo Fundeb – VAAR – Condicionalidades. É preciso enviar documentos sobre gestão escolar, currículo e normas de Computação.



Secretaria de Saúde deverá retirar essa exigência do fluxo do Tratamento

MPF pede fim de documentos para indígenas no Acre

Medida busca evitar barreiras no acesso de indígenas ao atendimento

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre) e aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá que deixem de exigir documentos civis como condição para cadastro e deslocamento de indígenas de recente contato pelo Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

A medida consta da Recomendação nº 16/2026.

A orientação vale para o fluxo do TFD no estado e deve ser aplicada aos atendimentos sim. A Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde orienta que indígenas sejam atendidos sem exigência de documentos como condição prévia.

O Manual de Regulação do TFD exige documento de identificação civil com fotografia e CPF para a abertura do processo. Segundo o MPF, a exigência não tem amparo normativo e pode criar uma barreira ao atendimento em saúde.

A recomendação orienta que os Dseis Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá apresentem à regulação da Sesacre, em até 5 dias corridos após o início do deslocamento pelo TFD, a documentação civil disponível do paciente. Quan-

do não houver documentos ou acesso a eles, deverá ser apresentado o Cartão Nacional de Saúde (CNS), permanente ou temporário. O MPF esclarece que o prazo serve apenas para a apresentação posterior da documentação e não para exigir que o indígena obtenha documentos antes do atendimento.

A Sesacre deverá alterar o Manual de Regulação do TFD para retirar, nos casos de pacientes indígenas, especialmente os de recente contato, a exigência de documento de identificação civil com foto, CPF, boletim de ocorrência e Rani como requisitos para acesso ao serviço.

Os Dseis deverão comunicar à Coordenação Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à Frente de Proteção Etnoambiental responsável pela área e ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) a situação de pacientes atendidos sem documentação civil.

A Sesacre, o Dsei Alto Rio Purus e o Dsei Alto Rio Juruá têm 10 dias para informar ao MPF se acatam as medidas, relatar providências adotadas ou apresentar razões para eventual não acatamento.

O descumprimento poderá levar à adoção de medidas judiciais cabíveis.